



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARRAIAS PROF. DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

DELMA TEIXEIRA DOS SANTOS

**RACISMO ESTRUTURAL: EPISÓDIOS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA
TURMA DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO CENTRO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA LÍVIA LORENE BUENO MAIA EM
ARRAIAS-TO**

**Arraias/TO
2023**

Delma Teixeira dos Santos

Racismo estrutural: episódios de discriminação racial na turma do 5º ano do ensino fundamental no Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia em Arraias-TO

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Arraias, Curso de Pedagogia para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Aline Fagner de Carvalho e Costa

Arraias/TO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S237r Santos, Delma Teixeira dos.
Racismo estrutural: episódios de discriminação racial na turma do 5º ano do ensino fundamental no Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia em Arraias-TO. / Delma Teixeira dos Santos. – Arraias, TO, 2023.
33 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Arraias - Curso de Pedagogia, 2023.
Orientadora : Aline Fagner de Carvalho e Costa

1. Preconceito. 2. Racismo Estrutural. 3. Discriminação Racial. 4. Contexto Escolar. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Delma Teixeira dos Santos

Racismo estrutural: episódios de discriminação racial na turma do 5º ano do ensino fundamental no Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia em Arraias-TO

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Arraias, Curso de Pedagogia para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.


Orientador/a: Profa. Dra. Aline Fagner de Carvalho e Costa

Data de aprovação: 04 / 12 /2023

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **ALINE FAGNER DE CARVALHO E COSTA**
Data: 04/12/2023 16:13:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Aline Fagner de Carvalho e Costa, UFT
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **LUCIANA PEREIRA DE SOUSA**
Data: 04/12/2023 16:30:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Luciana Pereira de Sousa, UFT
Avaliadora 1

Documento assinado digitalmente
 **MARIA APARECIDA DE MATOS**
Data: 12/12/2023 21:28:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Aparecida Matos, UFT
Avaliadora 2

Especialmente dedico este trabalho aos meus pais Manoel Messias Xavier dos Santos e Delzuita Teixeira Chaves, por serem a base em minha vida, os melhores apoiadores em meu processo acadêmico. Aos meus irmãos João Luiz Teixeira Bispo, Luana Teixeira dos Santos e Carlos Fernando Teixeira dos Santos, pelo amor, carinho e suporte na minha trajetória. A minha avó paterna Luzelina Xavier dos Santos (*in memoriam*), não estando mais entre nós, foi uma mulher batalhadora com muita força e coragem, foi inspiração na minha vida e me incentivou a sempre persistir no caminho dos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser a fortaleza e graça em todos os meus dias, pelo o dom da vida que me concedeu, pela sabedoria que me fez forte para concluir esse ciclo, pelo seu cuidado que me guiou nessa caminhada e, também, a Nossa Senhora de Fátima por sua intercessão e proteção.

Em especial aos meus pais Manoel Messias Xavier dos Santos e Delzuita Teixeira Chaves, amo vocês de todo o meu coração, são os maiores exemplos em minha vida, sou grata por serem o meu norte e apoio durante a construção desse processo. Aos meus irmãos João Luiz Teixeira Bispo, Luana Teixeira dos Santos e Carlos Fernando Teixeira dos Santos, a irmandade que sempre esteve ao meu lado, dando aquela força e coragem para persistir em busca do meu grande sonho. A minha prima Carlita Teixeira Bispo, pelo o acolhimento na sua casa durante o meu período de estudo na Universidade, foi uma segunda mãe na minha vida, dando o suporte e me ajudando no que era preciso. A minha prima Natiara Ribeiro Xavier, ingressamos juntas na Universidade, fez parte das fases do meu processo acadêmico, em todos os momentos fomos parceiras uma ajudando a outra.

A minha amiga Edilene Alves de Moura, uma pessoa admirável, com um coração do tamanho do mundo, minha companheira e que jamais soltou a minha mão, sempre esteve comigo em todos os momentos, é reciprocidade pra vida toda. Ao meu amigo Lourivaldo dos Santos Souza, um ser humano repleto com imensa generosidade, quando solicitava sua ajuda sempre esteve com disponibilidade em me ajudar, suas palavras de sabedoria e motivação foram fundamentais para me inspirar e continuar a caminhada.

Aos meus caros colegas do Curso de Licenciatura em Pedagogia da turma 2019/2, que contribuíram para o meu aprendizado, conhecimento e crescimento dentro da Universidade. Aos(as) queridos(as) professores(as) que são mestres(as) e doutores(as) profissionalizados(as) da Universidade Federal do Tocantins, que fizeram parte do meu processo acadêmico, com suas técnicas, habilidades e metodologias, me proporcionaram uma bagagem riquíssima de conhecimentos. Agradeço de modo especial à minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Aline Fagner de Carvalho e Costa, pelo compromisso, a contribuição do seu conhecimento agraciado, o apoio em todas as etapas, a incentivação contínua e seus ensinamentos.

Sou grata a Universidade Federal do Tocantins, um campus amplo, belíssimo, maravilhoso e confortável, foi uma grande honra fazer parte dessa casa de alto nível que contribuiu para a minha formação acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho relata o racismo estrutural por meio de episódios de discriminação racial e as consequências geradas na turma do 5º ano do ensino fundamental no Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia em Arraias-To. O objetivo desta pesquisa foi identificar situações e episódios de racismo estrutural no 5º ano do ensino fundamental de uma escola de Arraias-To. Os objetivos específicos enfatizam: compreender os fundamentos históricos e teóricos conceituais sobre as formas de racismo presentes no Brasil e em Arraias-To, levantar as políticas, leis e planejamentos voltada para educação étnico-racial no ensino fundamental no Brasil e os desdobramentos no Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia e contribuir para ações de reflexão sobre várias forma de racismo no Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia e no contexto contemporâneo. Para sua realização esta pesquisa se valeu de levantamento bibliográfico da história e dos conceitos de racismo estrutural no ambiente escolar; de teses que descrevem o município de Arraias; levantamento documental e de fontes secundárias para caracterizar o município e as políticas educacionais da região e da escola. Além de analisar pela observação participante, por meio de atividades e dinâmicas promovidas no contexto do estágio supervisionado, as percepções das crianças do 5º ano e da docente responsável pela turma, foram realizadas entrevistas com a professora e com a coordenadora pedagógica. Fizeram parte do embasamento teórico deste trabalho os autores como: Silvio Almeida (2019), Moreira (2020), Bersani (2020), Oliveira (2021), Crochik (2015), Candau (2008), Charlot (2002) e entre outros. As análises dos resultados mostram, como a comunidade atravessa situações de violência racial por meio da realização de uma atividade com a turma do 5º de Arraias – TO e percebeu-se que os problemas relacionados ao racismo vão desde práticas de recorrentes *bullying*, o preconceito e discriminação racial, episódios de racismo individual e institucional, que são desdobramentos da normalidade do racismo estrutural e que, de forma recíproca, dão condições para a reprodução da estrutura racista da sociedade brasileira. Assim, tal realidade deve seguir sendo problematizada em estudos futuros que construam conhecimentos na perspectiva decolonial que fundamentem ações pedagógicas efetivas no sentido de uma educação antirracista que desestruture a sociedade tal qual ela tem se apresentado e inaugure em breve um mundo mais justo e humano.

Palavras-chaves: Preconceito, Racismo Estrutural, Discriminação Racial e Contexto Escolar.

ABSTRACT

This work reports on structural racism through episodes of racial discrimination and the consequences generated in the 5th year elementary school class at the Centro Municipal de Educação Básica Professora Lívia Lorene Bueno Maia in Arraias-To. In which the objective of this research seeks to identify situations and episodes of structural racism in the 5th year of elementary school at a school in Arraias-To. The specific objectives emphasize: understanding the historical and theoretical conceptual foundations of the forms of racism present in Brazil and in Arraias-To, raising policies, laws and planning aimed at ethnic-racial education in elementary education in Brazil and the developments in the Municipal Center of Basic Education Professor Lívia Lorene Bueno Maia and contribute to reflection actions on various forms of racism at the Municipal Center for Basic Education Professor Lívia Lorene Bueno Maia and in the contemporary context. To carry it out, this research used a bibliographical survey of the history and concepts of structural racism in the school environment; of theses that describe the municipality of Arraias; documentary survey and secondary sources to characterize the municipality and the educational policies of the region and the school. In addition to analyzing through participant observation, through activities and dynamics promoted in the context of the supervised internship, the perceptions of the 5th year children and the teacher responsible for the class, interviews were carried out with the teacher and the pedagogical coordinator. Authors such as: Silvio Almeida (2019), Moreira (2020), Bersani (2020), Oliveira (2021), Crochik (2015), Candau (2008), Charlot (2002) and others were part of the theoretical basis of this work. However, the analysis of the results shows how the community goes through situations of racial violence by carrying out an activity with a 5th year class at the Municipal Center for Basic Education Professor Lívia Lorene Bueno Maia in Arraias – TO and it was noticed that the problems Related to racism range from recurrent bullying practices, prejudice and racial discrimination, episodes of individual and institutional racism, which are consequences of the normality of structural racism and which, reciprocally, provide conditions for the reproduction of the racist structure of Brazilian society. Therefore, this reality must continue to be problematized in future studies that build knowledge from a decolonial perspective that supports effective pedagogical actions towards anti-racist education that disrupts society as it has presented itself and soon inaugurates a more just and humane world.

Key-words: Prejudice, Structural Racism, Racial Discrimination and School Context.

LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA	Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção á Infância e à Adolescência
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CMEB	Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MEC	Ministério da Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL.....	13
2.1 Formas de racismo no contexto escolar: da violência simbólica à violência física.....	15
2.2 O que traz a Lei nº. 10.639/2003 em relação ao Racismo Estrutural.....	17
2.3 Bullying e preconceito racial na escola.....	18
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS: POSSIBILIDADES DE REPRODUÇÃO E SUPERACÃO DO RACISMO ESTRUTURAL.....	21
3.1 Racismo Estrutural na Educação Básica de Arraias-TO.....	21
3.2 Relação do Bullying com o Racismo Estrutural na Escola.....	27
3.3 Ações e reações da comunidade escolar	27
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

O racismo estrutural é considerado um tipo “normal” da discriminação de raça inserida na estrutura da sociedade. É um racismo fixado no meio social, de alguma forma se encontra presente em todas esferas sociais, tais como nas institucionais, políticas e econômicas. Refere-se a um gênero de racismo que está incluído na cultura de um povo e favorece as desigualdades. No Brasil, o racismo estrutural é originado no período da colonização e escravização da população indígena e africana, em meados do século XV.

O racismo é um fenômeno construído nas desigualdades e violências. Se encontra no conjunto social, associado da história e cultura da população negra e indígena, que na maior parte é normalizado e transita despercebido para as pessoas que não constituem nos grupos vitimizados.

O presente trabalho apresenta o racismo estrutural por meio de episódios de discriminação racial ocorridos na turma do 5º ano do ensino fundamental no Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia em Arraias-TO. O racismo estrutural é gerado por meio de uma repercussão, onde traz graves consequências como discriminação racial na escola. Sendo assim, a problemática que orienta esta pesquisa é: Como se manifesta o racismo estrutural no Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia?

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar situações e episódios de racismo estrutural no 5º ano do ensino fundamental de uma escola de Arraias-TO. Os objetivos específicos são: compreender os fundamentos históricos e teóricos conceituais sobre as formas de racismo presentes no Brasil e em Arraias-TO; levantar as políticas, leis e planejamentos voltada para educação étnico-racial no ensino fundamental no Brasil e os desdobramentos no Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia; realizar a observação participante por meio de dinâmica de interação com a turma (estudantes e professoras) do 5º ano no Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia; contribuir para ações de reflexão sobre várias forma de racismo no Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia e no contexto contemporâneo.

Arraias é uma cidade no interior, com duzentos e oitenta e três anos de história, localizada no sudeste do Estado do Tocantins, considerada como “Cidade das Colinas”, ao seu redor é toda cercada por montes. O surgimento dessa cidade foi através da mineração do ouro em meados do século XVIII e uso da mão de obra dos cativos. No início do século XVIII,

chegaram com a missão dos jesuítas e ocuparam o território, que atualmente é a cidade. Sendo assim constituiu o primeiro aldeamento denominado Boqueirão dos Tapuios (NASCIMENTO, 2022).

Um fato significativo que atualmente constata grande importância na formação do município de Arraias, os negros se deslocavam de quilombos que eram destruídos e chegavam a essa região, se instituindo em uma área conhecida como Chapada dos Negros, nos dias de hoje restam apenas as ruínas. Um território com muita riqueza, em que o governador da Capitania de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, no ano de 1740, recebeu posse das minas de ouro localizadas nessa extensão. Logo após houve mudanças, em que a antiga aldeia mudasse de lugar para autorizar a organização das ruas, deste modo a região passa a ser denominada como categoria de Vila Nossa Senhora dos Remédios de Arraias (NASCIMENTO, 2022).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população de Arraias é de 10.287 pessoas, o que representa uma queda de - 3,36% em comparação com o Censo de 2010, a população tem uma cultura predominante e historicamente conservadora. Os dados do IBGE (2022) mostram que a cidade de Arraias possui uma densidade demográfica de 1,77 habitantes por km² e uma média de 2,74 moradores por residência. De acordo com o IBGE, a economia do município apresenta em 2020 um PIB per capita de R\$18.573,34; o percentual das receitas oriundas de fontes externas em 2015 foi de 94,1%; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010 era de 0,651. O total de receitas realizadas neste município em 2017 foi estimado em R\$23.889,13 e o total de despesas empenhadas em 2017 foi de R\$21.311,41. A economia do município de Arraias tem suas bases na agropecuária de subsistência e na prestação de serviços públicos e privados. É uma comunidade marcada pela diversidade cultural oriunda de pessoas negras escravizadas que desbravaram o então município, ainda se observa nas suas construções históricas, nas tradições culturais e religiosas, nos muros de pedra do antigo povoado que carrega uma importância histórica relevante para sua população. Segundo pesquisas do IBGE (2010), a educação possui uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de 97,6%.

O Centro Municipal de Educação Básica Professora Lívia Lorene Bueno Maia, campo de observação desta pesquisa, é localizado na Rua JK nº 08 - Setor Arnaldo Prieto na cidade de Arraias-TO. A Unidade Escolar Centro Municipal de Educação Básica Professora Lívia Lorene Bueno Maia foi estabelecida através da transferência do pré-escolar da rede Estadual para a rede Municipal no dia 1º de abril de 2003, teve sua nomeação como Escadinha do Saber com o propósito em atender alunos na faixa etária de 06 anos. Em um período, a escola passou a funcionar em uma sede particular localizada na Rua Domingos Pires, Setor Arnaldo

Prieto e uma extensão no Setor Buritizinho denominada Escola Estadual Apoenan de Abreu Teixeira. No decorrer de alguns anos de existência da escola, a anunciada sempre funcionou em casas locadas em vários endereços (ARRAIAS, PPP, 2023).

Em 2019 houve a cedência da sede da antiga Escola Estadual Apoenan de Abreu Teixeira para o município, o qual passou a funcionar a extensão do Centro Municipal de Educação Básica Livia Lorene Bueno Maia definindo as turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental nos turnos matutino e vespertino. Como a organização da Rede Municipal de Ensino, a Secretaria Municipal de Arraias implantou no ano de 2021 o Plano de Oferta da educação em Tempo Integral tendo como princípios legais a Portaria do Ministério da Educação - MEC nº 1.144/2016 e o Decreto Municipal nº 139, de 05 de julho de 2021, que dispõe em relação a instituição da educação em tempo integral em todas as escolas da rede municipal do ensino de Arraias-To (ARRAIAS, PPP, 2023).

No ano de 2022, aconteceu um marco super importante para o Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia, em razão ocorreu a ampliação do atendimento das turmas, pois a escola passou a atender os alunos das turmas do 6º ano do Ensino Fundamental das Séries Finais (ARRAIAS, PPP, 2023). O Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia é considerada um espaço médio, a unidade escolar está organizada da seguinte forma: é composta por 160 alunos, atendimento com 7 turmas, sendo do 3º ano do Ensino Fundamental Séries Iniciais ao 7º ano do Ensino Fundamental Séries Finais em período de tempo integral, de 2ª a 6ª feira, iniciando às 07h15min com término às 15h45min, constituída por quatorze docentes, uma coordenadora pedagógica e uma coordenadora de apoio (ARRAIAS, PPP, 2023).

A pesquisa se valeu de levantamento bibliográfico da história e dos conceitos de racismo estrutural no ambiente escolar; de teses que descrevem o município de Arraias; levantamento documental e de fontes secundárias para caracterizar o município e as políticas educacionais da região e da escola. Além de analisar pela observação participante,¹ por meio de atividades e dinâmicas promovidas no contexto do estágio supervisionado, as percepções das crianças do 5º ano e da docente responsável pela turma. Além disso, foi elaborado um roteiro com perguntas para realizar as entrevistas com a professora e a coordenadora pedagógica e foram gravadas através de um aparelho celular, por meio de áudio no whatsapp.

¹ Segundo Brandão e Borges (2007), a pesquisa participante é uma estrutura que abrange o contexto da realidade em relação à vida cotidiana dos componentes individuais e equipes no processo das diferentes dimensões e transmissões.

Para apresentar os resultados desta investigação o presente trabalho se organiza da seguinte forma. Depois desta detalhada introdução, apresentam-se os fundamentos teóricos que explicam o tema central relacionando-o de forma crítica com a história da colonização brasileira. Em seguida, o aprofundamento teórico insere a discussão do racismo estrutural no contexto educacional, relacionando-o aos processos educativos e a episódios de preconceito racial e *bullying*. Por fim, são apresentados e analisados os dados empíricos oriundos da pesquisa de campo realizada na escola. Nas considerações finais destaca-se que de certa forma essa realidade prejudica tanto o ser social, quanto o seu comportamento psicológico e se torna um ato de desrespeito ao indivíduo que passa por essa situação constrangedora, o que resulta em implicações ao longo de toda sua vida, mantendo e reproduzindo a lógica estrutural do racismo brasileiro.

Foi possível notar que o racismo estrutural resulta em grandes impactos diretamente na sociedade, incluindo tanto as pessoas, quanto aos grupos sociais. A escola deve se atentar a desnormalizar o racismo de forma que possa formar pessoas que percebam e combatam tais estruturas de manifestação da desigualdade.

2 RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL

O racismo estrutural é um tipo de racismo que se manifesta frequentemente na sociedade, mas muitas vezes essa manifestação é negada ou invisibilizada. Na obra, *Racismo Estrutural*, Silva Almeida destaca que

[...] o racismo estrutural é a manifestação normal de uma sociedade e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade, o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (ALMEIDA, 2019, p. 21).

Almeida apresenta três concepções de racismo: individual, institucional e estrutural, neste ponto vamos destacar o racismo estrutural, sendo o mais comum deles. Da maneira que o autor justifica, o racismo se torna estrutural por estar ativo na sociedade, sendo um modo de discriminação que leva vários grupos racializados a vivenciarem formas violentas de desigualdades, porém o racismo ocorre na frente do indivíduo de forma velada, e nunca pelas costas. Para o autor,

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que “ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coibam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2019, p. 50) (grifo nosso).

De acordo com Silvio Almeida (2019), o racismo individual é considerado algo muito normal, que é manifestado basicamente de uma forma direta, às vezes seria um racismo irracional com impossibilidade de enfrentar o problema:

O racismo individual é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis - indenizações, por exemplo - penais (ALMEIDA, 2019, p. 36).

Segundo Silvio Almeida (2019), o racismo institucional está ligado nas práticas e políticas que possui a reprodução da discriminação de raça e gera impactos de desigualdades agravando as pessoas, principalmente a cultura e os padrões:

O racismo institucional é o domínio que se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade (ALMEIDA, 2019, p. 40).

Almeida informa que o conceito de raça é fundamental para compreender o racismo, porém é preciso antes diferenciar o racismo estrutural das demais categorias que se associa a ideia de raça: preconceito e discriminação. O preconceito racial está relacionado a um ícone de pessoas que faz parte do coletivo racista e procede em atos de discriminação envolvendo a raça.

O Racismo Estrutural é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Embora haja relação entre os conceitos, o racismo estrutural difere do preconceito racial e da discriminação racial. O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencem a um determinado grupo racializado e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos ou orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos (ALMEIDA, 2019, p. 32).

De acordo com Moreira (2020), a discriminação é vista como aparência estrutural trazendo repercussões para a minoria que possui integração com o grupo quando acontece o surgimento de ideologias desenvolvidas nas desigualdades sociais, pertencentes aos componentes de determinados grupos minoritários, porém não se constitui com a discriminação que recentemente é inserida e praticada inúmeras vezes na sociedade.

Por ser caracterizada pelo interesse de grupos majoritários em sempre apresentarem discriminações como formas democráticas ou como formas corretas de funcionamento, a dominação precisa ser sempre disfarçada pelos grupos dominantes. Por esse motivo, sempre circulam ideologias que atribuem às desigualdades sociais aos membros de grupos minoritários e não às formas de discriminação sistematicamente praticadas. A circulação dessas ideias naturaliza as diversas formas de discriminação presentes na sociedade, estratégia usada para impedir a transformação social (MOREIRA, 2020, p. 467).

Bersani (2020) menciona que o racismo estrutural reflete a intolerância que é organizada por grupos institucionais em qualquer ambiente, seja público ou privado, tornando uma visibilidade estruturada no meio social e por diversas vezes é considerado algo natural. O registro de racismo não está vinculado ao pensamento, ele se vulgariza no espaço institucional que está enraizado na própria sociedade, e sendo assim se torna propício para permanecer e reproduzir as desigualdades sociais.

O racismo estrutural corresponde a um sistema de opressão cuja ação transcende a mera formatação das instituições, eis que perpassa desde a apreensão estética até todo e qualquer espaço nos âmbitos público e privado, haja vista ser estruturante das relações sociais e, portanto, estar na configuração da sociedade, sendo por ela naturalizado. Por corresponder a uma estrutura, é de se registrar que o racismo não está apenas no plano da consciência - a estrutura é intrínseca ao inconsciente. Ele transcende o âmbito institucional, pois está na essência da sociedade e, assim, é apropriado para manter, reproduzir e recriar desigualdades e privilégios, revelando-se como mecanismo colocado para perpetuar o atual estado das coisas (BERSANI, 2020, p. 62).

Na fala de Oliveira (2021), o racismo estrutural possui uma dimensão que envolve a distinção de outros tipos de racismo como: institucional e individual. O estrutural é uma consequência de um elemento estruturado que teve o surgimento desde o contexto histórico, isso vem se produzindo e reproduzindo na origem da sociedade, pois necessita procurar noções em relação ao racismo estrutural.

A concepção de racismo estrutural se encaixa na perspectiva da luta pela hegemonia da concepção materialista de racismo. Não se trata apenas de uma outra dimensão da percepção do racismo - o racismo estrutural distinto do institucional e do individual/comportamental. Mas de entender que o racismo estrutural é conceber o racismo como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas. Portanto, é na base material das sociedades que se devem buscar os fundamentos do racismo estrutural (OLIVEIRA, 2021, p. 64-65).

Levando em consideração as origens da colonização no Brasil, de uma forma geral, e do município de Arraias, em particular, é perceptível notar a normalização de episódios e situações de racismo. A princípio o racismo no seu sentido estrutural é justamente um aspecto normal, comum e que reproduz a desigual realidade brasileira, ainda que se possa reconhecer especificidades locais. A história secular de Arraias reflete o padrão de dominação tradicional de sua origem, onde as elites dominantes, geralmente ligadas à posse da terra, exerciam poder de mando na economia e na política local. Sendo assim, a realidade arraiana, que está fortemente marcada pela exploração do ouro em meio a escravização e resistência, resultou em uma população predominantemente negra, com a existência de diversos territórios quilombolas (Kalunga) que estão localizados em três municípios: Monte Alegre (GO), Teresina (GO), Cavalcante (GO) e Arraias (TO), o território Kalunga é o maior espaço quilombola no Brasil.

2.1 Formas de racismo no contexto escolar: da violência simbólica à violência física

A violência que as pessoas sofrem dentro de uma sociedade caracterizada racista, geralmente se volta para a natureza material, pois o racismo estrutural que proporciona os

impactos da dominação simbólica, na qual os negros são subordinados. Nos estudos de Pierre Bourdieu a violência simbólica é

[...] invisível [a] suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele (BOURDIEU, 2012, p. 7-8).

De acordo Candau (2008), a educação se encontra inserida no meio cultural, permanecendo um vínculo com a maneira de comunicar e aprender em diversas culturas, trazendo o ato de respeitar e ter respectivamente a igualdade em relação ao conhecimento e os saberes que fazem parte de uma determinada sociedade. Se encontra um desafio social e político, nomeando as práticas e ações inseridas com a responsabilidade direta.

A educação intercultural é um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. Uma tarefa social e política que interpela o conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade. Uma meta a alcançar. (WALSH, 2001 apud CANDAU, 2008, p. 52).

Segundo Rodrigues (2003), o racismo se dá como um problema que está relacionado com a diferença de capital cultural no meio dos negros e brancos, devido essa ação gera um ato de discriminação voltada para a cultura, porém acontece a violência simbólica, com um olhar normal para o racismo.

A escola é referência na construção da identidade de indivíduos e grupos sociais, dignificando os mesmos. Entretanto, a escola reproduz exatamente o 'capital cultural' da classe dominante que em sua maioria é branca. Estes detêm os significados culturais hoje mais valorizados, promovendo assim a violência simbólica, tornando o racismo como 'normal'. O racismo na escola contribui para aumentar os índices de analfabetismo, evasão, atraso escolar, déficit de assimilação, ou seja, inferências no processo de ensino-aprendizagem (RODRIGUES, 2003, p. 3).

A escola é uma instituição social, portanto as estruturas que sustentam a sociedade se reproduzem em seu interior gerando o racismo estrutural, a partir dessa relação há o

surgimento da reprodução de uma violência simbólica e violência física. Essas atitudes racistas se desenvolvem no contexto escolar por meio de gestos, posturas, agressões físicas e psicológicas, o comprometimento em buscar a qualidade do ensino escolar está de modo direto para combater o racismo na diversidade cultural. Charlot (2002), traz uma abordagem sobre a violência na escola.

A violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro lugar. A violência à escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência da escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas...) (CHARLOT, 2002, p. 434 e 435).

2.2 O que traz a Lei nº. 10.639/2003 em relação ao Racismo Estrutural

As lutas do movimento negro por condições sociais e de respeito à cultura afro-brasileira e africana, faz crescer o número de ações afirmativas de combate a discriminação racial e étnica, e com influência desse movimento anti-discriminação, em 09 de janeiro de 2003, o então Presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 10.639/2003 que é mais uma vitória na luta das “minorias” marginalizadas que buscam reconhecimento social, cultural, étnico, etc.

A Lei nº. 10.639/2003, propõe que insira os conteúdos da história e cultura dos africanos e afro-brasileira e a história do negro na educação básica, a fim de garantir uma educação voltada para a cidadania. A partir da análise da Lei nº. 10.639/2003, percebe-se a necessidade de novos olhares sobre o currículo em nível educacional em questão, para se atingir uma formação cidadã, sendo que a Lei se materializa em apenas 3% dos currículos das escolas brasileiras.

A Lei 10.639/03 pode ser considerada um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para se ver retratada com o mesmo valor dos outros povos que para aqui vieram e como um ponto de partida para uma mudança social. Na política educacional, a implantação da Lei 10.639/2003 significa ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do processo de formação nacional. De acordo com Brasil (2008), para além do impacto positivo junto à população negra, essa lei

deve ser encarada como desafio fundamental do conjunto das políticas que visam a melhoria da qualidade da educação brasileira para todos e todas.

O racismo é apontado como um crime, a Lei 7.716/89 é responsável por analisar as práticas discriminatórias, têm o direito em adquirir o compromisso mostrando regras que incriminam e defendem o bem jurídico em relação ao tratamento igualitário. O intuito da mencionada Lei é combater os crimes resultantes da discriminação, que envolve qualquer tipo de preconceito que seja pela raça, cor etnia e religião, nesse caso é fundamental entender a noção do racismo que direciona para a Lei 7.716/1989 definindo as posturas que são consideradas como racismo de forma determinada.

Raposo, Almeida e Santos (2021), afirmam que a educação escolar deveria estar ligada ao pensamento decolonial², onde faz um avaliação das práticas para acessar a formação do saber destinado ao negro, devido a criação da Lei Nº 10.639/2003, que protegem a população negra ao combate do racismo estrutural e a Lei Nº 11.645/2008, diz respeito da cultura indígena e sua introdução nos currículos escolares.

[...] sobre a natureza das contradições no ensino dentro da escola sob o olhar do pensamento decolonial, a qual avalia os discursos e as práticas relativos à presença, ao acesso e à produção de saberes legados à população negra. Consideramos, para tanto, a efetividade do combate ao racismo estrutural e ao epistemicídio nas escolas brasileiras com a criação da Lei Nº 10.639/2003 e da Lei Nº 11.645/2008. (RAPOSO; ALMEIDA; SANTOS, 2021, p. 16).

2.3 *Bullying* e preconceito racial na escola

O bullying é considerado um tipo de problema que ocorre no ambiente escolar originado da violência física e psicológica, sendo praticado e repetido por um certo indivíduo ou grupo de pessoas. Tudo isso leva a dimensão em provocar impactos nas vítimas, sendo manifestado através de gestos, palavras com apelidos maldosos, agressões físicas, intimidações e acusações indevidas que os alunos praticam com os outros.

De acordo com a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA), traz o conceito de *bullying*:

² O pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial (REIS e ANDRADE, 2018, p. 3).

[...] compreende todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder. Portanto, os atos repetidos entre iguais (estudantes) e o desequilíbrio de poder são as características essenciais, que tornam possível a intimidação da vítima (ABRAPIA apud NUNES, HERMAN e AMORIM, 2009, p. 11932).

Oliveira e Votre (2006), abordam a relação do bullying que se manifesta por meio das agressões verbais, colocando apelidos cruéis, que seja pela forma física da pessoa, o cabelo representando a identidade, a cor da pele. O indivíduo e os grupos que fazem a prática do *bullying* são inovadores com as palavras maldosas que utilizam, dão gargalhadas e para eles é uma forma de diversão, tudo isso são manifestações que estabelece a diferença de um com o outro:

O *bullying* verbal baseia-se no realismo linguístico, no sentido de que as vítimas são apelidadas, normalmente, a partir de um traço físico, de performance, ou psicológico, que as diferencia dos demais e que o apelido põe em destaque, de forma caricatural (...). Os rótulos discriminadores, de base metafórica, são criativos, provocam o riso e a diversão dos circunstantes, e se não fossem trágicos, poderiam ser considerados manifestações da arte da linguagem na interação cotidiana (OLIVEIRA e VOTRE, 2006, p. 175).

As consequências que o *bullying* traz, produz efeitos ao preconceito racial, que pode acontecer em abalar a vida da vítima futuramente por traumas psicológicos. Pois na sociedade existem vários tipos de preconceitos, que estão relacionados com as diferenças de raça, etnia e gênero. Segundo Antunes e Zuin (2008), o *bullying* possui uma ligação com o preconceito racial.

Na verdade, o Bullying se aproxima do conceito de preconceito, principalmente quando se reflete sobre os fatores sociais que determinam os grupos-alvo, e sobre os indicativos da função psíquica para aqueles considerados como agressores. Essa proximidade leva à hipótese de que o que atualmente tem sido denominado *Bullying* é um fenômeno há muito conhecido pela humanidade, mas que ganhou nova nomeação pela ciência pragmática que se ilude ao tentar controlá-lo via classificação e aconselhamentos (ANTUNES e ZUIN; 2008, p. 36).

O preconceito racial é caracterizado por uma atitude que rebaixa e ignora o outro, as práticas discriminatórias que são organizadas por grupos que se acham os soberanos, querendo excluir os grupos minoritários da sociedade. Essas manifestações são geradas dentro do âmbito escolar, os alunos que estão inseridos na instituição dominam essas práticas do preconceito, envolvendo nas relações sociais, diferenças de cada um, levando a constituir as desigualdades por parte dos alunos que sofrem essa discriminação de raça.

Segundo Guimarães (2004), a discriminação racial sempre está voltada na maneira do tratamento, se baseando na concepção de raça, já o preconceito racial é caracterizado pelas reações de modo verbal, fazendo uso das palavras inúteis.

[...] Diz que a discriminação racial consiste no tratamento diferencial de pessoas baseado na idéia de raça, podendo tal comportamento gerar segregação e desigualdade raciais. [...] Como se vê, o preconceito pode manifestar-se, seja de modo verbal, reservado ou público, seja de modo comportamental, sendo que só neste ultimo caso é referido como discriminação. [...] (GUIMARÃES, 2004, p. 18).

Crochík (2015), aborda que o preconceito racial representa por meio do comportamento, enquanto o *bullying* se torna um ato.

[...] poder-se-ia pensar que esse último é uma das ações derivadas do preconceito; o fato de ser uma expressão mais primitiva do que o preconceito, no entanto, contraria essa derivação. Certamente, os alvos do preconceito podem ser hostilizados durante um longo período repetidamente e não ter condições de reagir; tal violência, no entanto, pode ser justificada pelos estereótipos ou mesmo por argumentos mais bem elaborados, ainda que irracionais; o *bullying*, no entanto, não precisa ser justificado, precisamente porque não pode ser; na marginalização e na segregação, podemos encontrar maneiras indiretas pelas quais o preconceito se revela, maneiras que não precisam se repetir, mesmo porque, por vezes, o alvo do preconceito pode incorporar o estereótipo proveniente dos movimentos coletivos que lhe são contrários; o alvo de discriminação proveniente do preconceito pode sentir vergonha de pertencer ao grupo que o faz ser alvo da violência; a vítima do bullying sente vergonha por não poder reagir (CROCHÍK, 2015, p. 41).

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS: POSSIBILIDADES DE REPRODUÇÃO E SUPERAÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL

3.1 Racismo Estrutural na Educação Básica de Arraias-TO

A pesquisa de campo foi realizada na turma do 5º ano do ensino fundamental no Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia, com sua localização na Rua JK nº 08 - Setor Arnaldo Prieto na cidade de Arraias-TO. A turma é considerada agitada e com muitas conversas aleatórias, composta por dezenove estudantes, entre meninos e meninas, sendo a maioria negra. Com faixa etária entre nove a dez anos, tais estudantes moram nos setores vizinhos próximos da escola, vêm de famílias constituídas por pai e mãe, que moram e trabalham na mesma cidade. A professora e a coordenadora pedagógica possuem formação em nível superior. A observação participativa ocorreu durante uma semana convivendo com a turma de estudantes dentro da sala de aula no âmbito escolar. Para fazer o planejamento de minha participação na turma, por meio da pesquisa ação que propõe intervenção, utilizei instrumentos de pesquisa tais como: grupo focal (roda de conversa, apresentação de charges ilustrativas, sessão de filme, dinâmicas) e entrevistas com a professora regente da turma e a coordenadora pedagógica da escola.

Morgan (1997) define grupo focal como um procedimento da pesquisa qualitativa, resultante das entrevistas grupais, que coleta as informações através das comunicações grupais. Segundo Mattar (1996) conceitua entrevista como método que é caracterizado por um entrevistador que fará perguntas para o entrevistado, sendo assim a entrevista pode ser realizada individual, em grupo, por telefone ou pessoalmente.

No primeiro dia de pesquisa quando chegava na sala de aula, percebia que a turma se encontrava em excelente estado, bem tranquila e moderada. Logo de início fiz uma breve introdução apresentando a unidade temática Racismo Estrutural na Escola, foi planejada por mim mesma através do plano de intervenção, para ser desenvolvida durante a semana, como na escola já têm ação da semana da consciência negra, a temática inclui no currículo escolar, utilizei como referência o livro do Silvio Almeida (2019) - Racismo Estrutural. Em sequência fizemos a roda de conversa com os/as estudantes, na qual trouxeram e debateram fatos de racismo que vivenciaram no espaço escolar onde estudam, no momento do debate os/as estudantes, definiram os relatos em frases curtas: “(...) Os colegas criticavam o meu cabelo por ser afro, diante do acontecido eu ficava quieta e não dizia nada, só falava para a minha mãe. Ela veio até a escola resolver a situação”.

Nesse trecho a aluna traz um episódio de racismo institucional que vivenciou no ambiente escolar, devido o seu cabelo ser crespo, o grupo que praticava essa discriminação eram os próprios colegas de sala. Ela tinha medo de reagir diante da situação para defender a sua identidade negra, não se sentia empoderada em ter o poder de fala, por isso ficava no silêncio, apenas quando chegava em casa tomava a decisão de comentar com a mãe, a partir do momento que compartilhou o que estava passando, imediatamente a mãe teve a postura em reagir e ir á escola para solucionar a situação. O que aconteceu com a aluna não é um caso de racismo estrutural, e sim um fato de racismo individual e institucional, porque a escola simplesmente negligencia ou nesta pauta e as crianças não conversam sobre isso. A instituição escola não está dando a importância para a questão racial e isso acaba sendo uma forma de discriminação do tipo racismo institucional, contudo sabemos que o racismo institucional acaba sendo possível, pois há uma estrutura de racismo no Brasil, decorrente de nossa origem histórica.

“(…) Nessa sala de aula, por causa da cor da minha pele, me chamava de preto. Fiquei mais ou menos triste, falei para a minha mãe e ela disse à professora que se continuasse iria tomar as providências”. “(…) Enquanto me chamavam de macaco, os outros colegas ficavam sorrindo, com essa situação fiquei muito chateado”. Observamos que aqui apresenta uma cena de racismo estrutural, pois os alunos sofreram casos de preconceito racial, um foi por causa do seu tom de pele e o outro foi através de um chamamento muito absurdo e caracterizado por um animal, pela maneira de possuir a cor preta, percebe que essa ação foi praticada por seus colegas de turma, pelo fato dele ser uma pessoa negra e ter uma raça diferente e em última análise desumanizando a vítima. O preconceito racial é subordinado a estrutura do racismo estrutural, possui vínculo com um conjunto de pessoas racistas que vem das práticas de discriminação contornando a raça, para o grupo vai ser um tipo de manifestação que será simplesmente negada ou se tornando invisibilizada, porque a forma que o racismo estrutural se reproduz é considerado algo muito normal na sociedade.

“(…) O colega me chamou de careca, sofri racismo pelas características do meu corpo, o restante da turma ficava sorrindo”. Aqui visualizamos a manifestação do racismo individual, sendo praticado dentro da sala de aula por um colega, que considera algo bem comum. Por motivo que aluno era careca e tinha um corpo diferente de quem estava fazendo os atos de discriminação ligada a rejeição, queria que o colega tivesse as mesmas características da sua etnia, enquanto os outros colegas faziam parte de um grupo que só davam as gargalhadas e achando tudo super natural.

No segundo dia tivemos a sessão do filme “Dúdú e o Lápis Cor da Pele”³, com o tipo de gênero curta metragem, a duração de dezoito minutos, o lançamento foi em dois mil e dezoito, aqui no Brasil, a classificação etária é livre, com direção de Miguel Rodrigues, o roteiro Cleber Marques. É um filme baseado em um fato polêmico que traz a temática discriminação racial, racismo e identidade negra. O filme “Dúdú e o Lápis Cor da Pele”, apresenta a história de um garoto negro, sendo muito esperto e criativo, estuda em um colégio particular inserido na classe média da grande São Paulo. Dúdú passa por um episódio de racismo, durante a aula de pintura sua professora Sônia diz a ele para colorir o desenho com o lápis cor da pele, a maneira de como a professora chamava. Aquela frase que foi dita pela professora, Dúdú ficou super pensativo sobre a identidade, ele saiu correndo da escola e passou a carregar o lápis na mão, à procura de alguém que pudesse tirar as suas dúvidas.

No caminho ele encontra a Madalena - Curadora de Arte, os dois tomam sorvetes e conversa um pouco, Dúdú comenta pelo lápis em ser cor da pele, a Madalena explica para ele que um artista muito famoso fez uma obra de arte, que representa todos os tipos de peles e não só uma, ela também citou outros nomes de artistas negros famosos e Dúdú ficou feliz. Após o filme fizemos discussões com a turma do 5º ano na sala de aula em relação as cenas mais relevantes que destaca o racismo, a discriminação de raça e a identidade negra, aqui em pequenos trechos eles/as destacaram o que observaram no filme.

“(…) Dentro da sala de aula a professora Sônia fez uma prática de racismo para Dúdú, que ele poderia pintar o desenho com o lápis cor da pele”. “(…) Dúdú entendeu que existiria só um tipo de cor de pele”. “(…) A mãe de Dúdú ficou furiosa, por ele ter sofrido racismo estrutural”. “(…) A professora relata que não foi um tipo de racismo estrutural e sim a maneira de dizer, algo normal.”. “(…) Em uma cena do filme, a mãe de Dúdú recorda uma simulação em que o seu esposo foi baleado e morto, pois os policiais confundiram ele com um ladrão que assaltou um estabelecimento, pelo fato de ser negro”. “(…) No decorrer do filme, a professora Sônia encontra o seu ex-namorado com a sua filha sentado em um banco de uma praça. Ela cumprimenta e em seguida tem uma lembrança que o sonho era casar com ele e constituir uma família. Mas o pai dela era muito racista e não aceitava devido o rapaz ser negro”.

³ A direção de fotografia Marcelo Coutinho, o figurino Leandra Aieedo, a cenografia e direção de arte Carol Gomes, a produção musical Armandinho Ferrante, a produção executiva Leandra Aieedo, a gerente de produção Karin Camarinha, o produtor de conteúdo Mayanderson Lage, a designer Paloma Dantas, o preparador de elenco Tico Barreto, a produção Cinema na Veia Produções - Take a Take Films, a direção de arte Carolina Gomes, a montagem Miguel Rodrigues, a mixagem de som Miguel Matarazzo, o elenco Lucio Correia (Dúdú); Naruna Costa (Marta - mãe); Claudiane Carvalho (Sônia - professora) e Nelly Trindade (Madalena - Curadora de Arte).

Analisando os questionamentos dos/as estudantes e o contexto geral do filme “Dúdú e o Lápis Cor da Pele”, percebe-se que durante os acontecimentos das cenas, ocorrem três momentos em que possuem algumas evidências do racismo estrutural. No primeiro momento o garoto Dúdú vivencia um tipo de discriminação racial em sua própria escola, um certo dia durante a aula de pintura, o garoto fica em dúvida qual cor adequada pintaria a parte do rosto das pessoas que representava a sua arte, que era a família. A professora Sônia usa a seguinte expressão, “(...) Pinta com o lápis cor da pele, aquele bem clarinho, sabe Dúdú”, diante da maneira que a frase foi exposta pela professora, surgiu uma forte reação no garoto, se passa dúvida e ficou bem pensativo em relação a identidade. Aqui podemos destacar que a professora Sônia diz algo muito forte, tendo características de racismo, quando ela comenta a Dúdú para colorir o desenho cor da pele, compreende que no pensamento dela só existe um tipo de pele ou raça que caracteriza a identidade das pessoas, ela poderia falar a Dúdú que pintasse o desenho em qualquer cor, da forma que ele achasse melhor e não falar “aquele bem clarinho”.

O mais incrível que acontece na cena do filme, onde Dúdú encontra uma curadora de arte, a Madalena, o garotinho que estava com o objetivo em buscar alguém para esclarecer suas dúvidas, foi aí que ele questionou sobre o lápis cor da pele, com toda delicadeza a moça traz uma ideia e fala a Dúdú, que uma artista muito famosa fez uma obra de arte, que representa todos os tipos de peles e não só uma, onde mostra a diversidade das raças dos brasileiros. Ela menciona os nomes de grandes artistas que tiveram representatividade na parte da história e cultura no Brasil como: Dona Ivone Lara, Zumbi dos Palmares, Gilberto Gil, Cartola e Pelé, a Madalena diz a Dúdú que todos eles têm algo em comum, são negros assim como ele e Dúdú fica transbordando de alegria quando ouça isso.

No segundo momento do filme, se passa uma cena em que Marta, a mãe de Dúdú, tenha recordação que simula a morte do seu esposo. Em uma noite tranquila, o pai de Dúdú corria na rua, fazendo atividade física como de costume sempre fazia, de repente um homem assaltou o comércio e rapidamente os policiais chegaram no local. Confudiram ele com o assaltante, o agente puxou o gatilho da arma e disparou em direção a ele e foi assassinado. Observamos o quanto o racismo está sendo abordado nesta cena, por ser um homem negro e totalmente inocente na situação, foi simplesmente confundido e morto, isso devido a violência dos policiais, poderia verificar se realmente seria o assaltante e não chegar atirando.

Para os racistas, a negritude geralmente é um alvo de ameaças, para eles é motivo de praticar as discriminações de raça, excluir o outro, é questão de querer e ter o poder em eliminar ou seja tudo levado para a violência e morte. No terceiro momento mostra a cena que

apresenta o passado da professora Sônia, na sua fase adulta ela conheceu um jovem negro, se apaixonou e teve um relacionamento. O seu grande sonho era se casar com ele, constituir uma linda família, porém tudo mudou devido o seu pai ser uma pessoa muito racista e não aceitar o casamento pelo fato do rapaz ser negro. Notamos que as consequências do racismo tiveram um efeito muito forte na vida da professora, foi impedida de ser feliz pelo seu próprio pai, por ser um homem branco, com pensamento voltado para a discriminação da identidade e raça. No filme ele traz uma fala muito pesada “(...) Olha lá a patroa bondosa levando o filho da empregada para passear”. Nesta frase o racismo estrutural está em peso, porque o pai da professora Sônia traz um argumento que as pessoas iam pensar e dizer isso a respeito que não seria o seu filho, só porque era negro.

No terceiro dia, em sala de aula fizemos apresentação de charges ilustrativas que retratam cenas do racismo estrutural enraizado na própria sociedade, após a observação pedimos que cada aluno/a expressasse sua opinião a respeito do que foi apresentado nas charges. “(...) Por ser um jovem negro, está julgando em ter cometido algo”. “(...) A pessoa foi morta por ser vítima de violência”. “(...) Não gostou do currículo dela, por ser uma mulher negra”. “(...) A mulher disse ao esposo tomar cuidado durante o caminho, para não ir preso por engano, devido ele ser negro”. “(...) Apresenta uma promoção em relação à carne negra, sendo assim é motivo que a pessoa deve ser morta”. De acordo com as charges ilustrativas, os/as alunos/as observaram e trouxeram as discussões de como o racismo estrutural está implantado na sociedade.

No quarto dia, fizemos o desenvolvimento de três dinâmicas: a primeira foi contra o racismo estrutural, a segunda sobre o preconceito e a terceira sobre o respeito às diferenças, os alunos foram participativos e interativos durante as brincadeiras.

Dinâmica 1 – Contra o racismo: Em equipes de quatro membros, os alunos fizeram recortes com fotos de pessoas para eles dialogarem. Após os quinze minutos do momento de recortar, mostrei à turma algumas fotos de cada equipe. Neste momento, o desafio era elogiar as pessoas ali mostradas, buscando enxergar o melhor de cada um. “(...) Uma atriz linda, de pele clara, com o cabelo grande”. “(...) Mulher negra bem vestida”. “(...) Duas mulheres com cores de peles diferentes, uma branca e a outra negra, são bonitas, com estilo de roupa e estão em um lugar muito casual”. “(...) Essa pessoa aqui tem uma cor de pele linda”. “(...) Tem o cabelo preto, a moça é vaidosa, se veste super bem”. “(...) Mulher morena, com o cabelo preto”. “(...) É uma mulher linda”. “(...) Uma mulher negra, com um corpo e cabelo bonito”. “(...) Essa mulher é galega, tem o cabelo vermelho”. “(...) A cor da pele da mulher é linda, o rosto”. “(...) Mulher estilosa com a bolsa na mão, tem o cabelo preto”.

Na dinâmica um, percebi que os alunos foram participativos durante a brincadeira, após os recortes os componentes dos grupos se uniram e fizeram uma breve discussão de acordo com a observação das fotos que trazia a representação de diferentes pessoas e com diversas raças. Trouxeram elogios em vários tons da pele, representando a identidade de cada pessoa, as suas vestimentas bem estilosas, os lugares que estavam frequentando, os acessórios utilizados como bolsas e os tipos de cabelo que simbolizavam o padrão e beleza da mulher.

Dinâmica 2 – **Preconceito:** Fizemos duas fileiras de cadeiras para que os alunos pudessem sentar frente a frente. Em seguida entreguei copos cheios de água para cada um, utilizei uma jarra com quantidade mínima de água, pedindo que cada aluno despeje a água dentro da jarra. Depois discutimos a fundamentação da dinâmica com relação ao preconceito. “(...) Após visualizar a água dentro da jarra, observamos que somos iguais”. “(...) A água representa nós”. “(...) Mesmo que haja diferentes tipos de raças, não somos melhores que ninguém”. “(...) Devemos ter o respeito pelo outro”. “(...) Ser mais legal com as pessoas e ter igualdade”. “(...) Tratar igual”.

Nessa dinâmica dois, trabalhamos na sala de aula sobre o preconceito. Os/as alunos/as fizeram suas considerações no decorrer da brincadeira, visando a forma de não praticar preconceito com o próximo. Quando todos/as estudantes despejaram as águas dentro da jarra, perceberam que tudo ficou igual, isso traz a ideia que existem diversos tipos de raça e ninguém é melhor do que o outro, deve-se manter o respeito mútuo por todos/as e possuir um bom tratamento com igualdade.

Dinâmica 3 – **Respeito às diferenças:** Solicitei aos/às estudantes para formar um círculo, logo após entreguei balões com cores diferentes para cada um, que encheram os balões e amarraram, em seguida soltaram e colocaram no chão. Pedi a todos/s que observassem os balões e após abrimos um diálogo percebendo que cada balão ficou com um tamanho e cor diferente, isso apresenta que devemos respeitar todas as diferenças. “(...) Possui diferentes tipos de raças, sendo assim devemos respeitar”. “(...) Que a pessoa tem um tom de pele e corpo diferente”. “(...) Respeitar a cor do outro”. “(...) Evitar o racismo”. “(...) Se caso for uma pessoa especial, respeite a sua diferença”. “(...) Mesmo que tenha a cor diferente, pelo o tamanho, a habilidade que tem, é respeitado sempre”.

Essa dinâmica três apresenta respeito às diferenças e foi desenvolvida com a participação e colaboração dos/as estudantes na sala de aula. A partir do momento que os balões estavam cheios, em diferentes tamanhos e cores, os/as alunos/as começaram apreciar e trouxeram os seus diálogos. Dizendo que há uma dimensão com vários tipos da raça humana, como o tom da pele, que possui diversas cores, às vezes tem pessoas com um corpo diferente,

que têm algum tipo de deficiência física, mesmo com tudo isso, devemos ter o respeito por todas as diferenças.

3.2 Relação do *Bullying* com o Racismo Estrutural na Escola

No primeiro dia de pesquisa de campo tivemos a roda de conversa com os/as estudantes, abordando acontecimentos de *bullying* que tiveram dentro do ambiente escolar. Suas expressões em frases curtas: “(...) Sofri muito *bullying*, me chamaram de gorda e jiboia”. “(...) Me chamaram de branquelo, gordo, me xinga”. “(...) Já sofri preconceito, me chamaram de preto, esqueleto e chimpanzé”. “(...) Me chamou de seco e testudo”. “(...) Me atentam, batem e xingam”.

A maneira como o *bullying* é manifestado na escola e que seja praticado por um indivíduo ou grupo formado por pessoas, é um sério problema no âmbito escolar. Durante a roda de conversa os/as estudantes contam casos de *bullying* que vivenciaram na escola e foram praticados pelos seus próprios colegas da turma. Podemos perceber nas citações das frases que o *bullying* se manifesta por meio de palavras maldosas como ‘gorda’, devido a estrutura física do corpo já é motivo de gozações, ‘jiboia’ que caracteriza um animal réptil. Na outra frase menciona ‘branquelo’, em que a pessoa tem o tom de pele clara ou seja branca. Xingamentos, chamamento com a expressão preto, numa perspectiva pejorativa, pelo fato que o aluno ser negro. Esqueleto e seco, em ser uma pessoa muito magra. Chimpanzé que define como um animal que possui pêlo na cor preta e desumanizando a vítima. Ocorreu chamamento pela testa ser grande, só pela aparência superior do seu rosto, intimidações em ficar atentando, agressões físicas, o poder de bater e traumas psicológicos.

3.3 Ações e reações da comunidade escolar

No quinto dia, realizei entrevistas com a professora da turma e coordenadora pedagógica, com o intuito de fazer um levantamento de dados buscando compreender como é desenvolvida a prática em sala de aula para trabalhar as questões raciais e de que forma a temática é trabalhada na escola. Sendo que a professora juntamente com a coordenadora pedagógica já estavam cientes sobre os procedimentos tanto das entrevistas quanto da pesquisa em campo, uma vez que foi apresentado o plano de intervenção e elas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Durante as entrevistas, a professora da

turma com a coordenadora abordaram essas ações e reações que acontecem no âmbito da escola.

De acordo com a professora da turma:

(...) Ao longo do ano é desenvolvida ações e momentos como: conversas, vídeos, palestras e como as habilidades da BNCC dar para trazer sempre esse diálogo a com os alunos, principalmente quando os escritores são especificamente do Estado do Tocantins, porque aí você vê a nossa cultura, a nossa realidade, dar pra entrar bastante sobre esse tema. (...) Por mais que tenhamos uma semana específica, que é a semana da Consciência Negra, que é mais voltado para esse tema na unidade escolar sempre realiza palestras, ações e culminâncias, tudo que foi realizado em sala de aula, porém é uma questão sempre a ser trabalhada. A coordenadora da unidade escolar, sempre no início quando ela acolhe os colegas, quando envolve alguma situação com isso, ela sempre vem debater, ela fala com os alunos sobre isso, além de todas as outras coisas que vem acontecendo. Por exemplo, sem ser na semana da Consciência Negra, há palestras também que acontecem, quando o tema dar para acolher esse Racismo Estrutural, sempre é posto em prática, sempre é falado pela coordenadora ou pela equipe escolar. (PROFESSORA DA TURMA)

Segundo a coordenadora pedagógica:

“(...) Ela busca sempre é motivá-los a compreender essas situações, aceitar eles enquanto seres que são de raça, que sofre preconceito, aceitar a si mesmo, respeitar também, porque às vezes o preconceito racial, ele parte da própria pessoa, pelo fato até de não se aceitar e busca sempre estar fazendo com que eles desenvolvam esse senso mesmo de aceitação, de se gostar na forma que ele é. Apesar da faixa etária deles, eles ainda não têm tanta maturidade para entender isso, mas é sempre tratado dessa forma. (...) Buscando mostrar pra eles as desigualdades existentes, as formas de lutar contra isso apesar que a gente saber que é algo bem difícil de superar, mas a gente busca fazê-los entender essas desigualdades, fazê-los entender que a educação é uma forma de superação dessas desigualdades e fazê-lo mesmo que eles entendam que isso depende muitos deles, da força de vontade deles, em buscar melhorias, superar essa coisa que já vem á anos inserido na sociedade e que está presente em todos os aspectos. (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

Nas entrevistas a professora da turma juntamente com a coordenadora pedagógica, apontam as ações e reações que acontecem no Centro Municipal de Educação Básica Professora Lívia Lorene Bueno Maia, direcionadas para o racismo estrutural, preconceito racial, discriminação de raça e bullying. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é um documento com habilidades que faz parte da escola, possui suas normas e propostas pedagógicas no contexto da educação. Diante das entrevistas, percebe-se que todos os anos o CMEB desenvolve várias ações incluindo: palestras, conversas, vídeos, debates, semana da Consciência Negra e culminâncias, tanto a coordenadora pedagógica quanto toda equipe escolar abordam. É falado e colocado em prática esses temas de suma importância que representa a cultura e realidade. A professora da turma desenvolve um papel com grande responsabilidade e compromisso, pois ela procura entender os casos que acontecem na sala de

aula. Mesmo que o aluno passe por episódio de preconceito, que ele possa aceitar a sua própria raça, identidade e se reconhecer como negro, mesmo que existe as desigualdades, mas que possua a disposição para a luta para superar todas essas discriminações de raça e consequente desigualdade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho consistiu em um estudo que aponta o racismo estrutural baseado em episódios de discriminação racial na turma do 5º ano do ensino fundamental no Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia em Arraias-TO. O racismo estrutural é visto como normalidade que se manifesta pela discriminação de raça introduzida na sociedade. É considerado um tipo de racismo predominante nos meios sociais, pode ser encontrado tanto institucionais quanto nas políticas e econômicas.

A realidade no contexto histórico e cultural de Arraias, onde a escola está inserida, deve despertar por parte de quem pensa e atua com a educação e com a sociedade civil ampliada e delicada atenção, já que essa instituição pode reproduzir a normalidade do racismo estrutural. Estas questões têm sido cada vez mais abordadas na sociedade. Neste contexto, a pesquisa orientou-se por um propósito em analisar os episódios de racismo que os estudantes vivenciam no âmbito escolar. Buscou entender como se dá esse tipo de manifestação, gerada através de um colega para o outro, se o indivíduo constrói esse tipo de manifestação dentro da própria escola, ou isso já foi construído e generalizado fora do ambiente escolar. Por fim, observou-se como a comunidade escolar reage diante de episódios de racismo e o que fazer ao lidar e enfrentar com as gravíssimas consequências, que de alguma forma prejudica o ser social, afeta o pensamento psicológico e torna um ato de desrespeito ao indivíduo. O foco é perceber como se dá a construção e reprodução do racismo estrutural atingindo o social e as culturas e quais as possibilidades de promover uma educação antirracista.

Crianças no 5º ano da educação básica fundamental de Arraias, constituída predominantemente por negros e negras, encontram-se sujeitadas à tais situações e episódios que o ajustam a uma cultura de racismo estrutural, além de situações que se explicitam mais declaradamente formas diversas de violência racial. Interessou à pesquisa compreender como a comunidade atravessa situações de violência racial por meio da realização de uma atividade com uma turma do 5º ano no Centro Municipal de Educação Básica Professora Livia Lorene Bueno Maia em Arraias – TO e percebeu-se que os problemas relacionados ao racismo vão desde práticas de recorrentes *bullying*, o preconceito e discriminação racial, episódios de racismo individual e institucional, que são desdobramentos da normalidade do racismo estrutural e que, de forma recíproca, dão condições para a reprodução da estrutura racista da sociedade brasileira.

Assim, tal realidade deve seguir sendo problematizada em estudos futuros que construam conhecimentos na perspectiva decolonial que fundamentem ações pedagógicas efetivas no sentido de uma educação antirracista que desestruture a sociedade tal qual ela tem se apresentado e inaugure em breve um mundo mais justo e humano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.264p.

ALMEIDA, M. A. B.; SANCHEZ, L. P. Implementação da Lei 10.639/2003: competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Proposições**, Campinas, v. 28, n. 1 (82), p. 55-80, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0141>. Acesso em: 06 Jun. 2023.

ANTUNES, D.C.; ZUIN, A. A. S. Do bullying ao preconceito: Os desafios da barbárie à Educação. **Psicologia e Sociedade**, São Carlos, v. 20, p. 33-42. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/zqHCbb9MvDmKpg8HkRLPBXK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 Ago. 2023.

ARRAIAS (TO). Prefeitura Municipal de Arraias. Gabinete do Prefeito. **Decreto nº 139, de 5 de julho de 2021**.

ARRAIAS (TO). **Projeto Político Pedagógico**. Centro Municipal de Educação Básica Professora Lívia Lorene Bueno Maia. CMEB. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, seção 1. Brasília, 06/01/1989, p. 369.

BRASIL. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 8, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. (2004). **Parecer nº 3 de 10 de março de 2004**. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 06 Ago. 2023.

BRASIL. **Decreto de Lei n. 10.639**. Brasília, 09 de janeiro de 2003.

BRANDÃO, C. R., BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, v. 6, p. 51-62, jan./dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988/10662>. Acesso em: 06 Ago. 2023.

BERSANI, Humberto. **Racismo Estrutural e direito à desestratificação: um estudo a partir das relações de trabalho**. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4300332/mod_resource/content/1/BOURDIEU%2C%20Pierre.%20A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina.pdf. Acesso em: 06 Ago. 2023.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, abr. 2008. Disponível em : <https://doi.org/10.1590/s1413-24782008000100005>. Acesso em: 30 Ago. 2023.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, n.8, p. 432-443, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/fDDGcftS4kF3Y6jfxZt5M5K/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31 Jul. 2023.

CROCHÍK, José Léon. Formas de violência escolar, preconceito e bullying. **Movimento: Revista de Educação**, Rio de Janeiro. v. 2, n. 3. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32559/18694>. Acesso em: 29 Ago.2023.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito e Discriminação**. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2004. 155 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Dados de 2010, 2015, 2017, 2020 e 2022.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.
MORGAN, D. **Focus group as qualitative research**: Qualitative Research Methods Series. London: Sage Publications, 1997. 80 p.

MOREIRA, Adilson José. **Tratado de direito antidiscriminatório**. 1. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020. 800 p.

NASCIMENTO, Maurício Reis Sousa do. **A Universidade Federal de Tocantins/Campus de Arraias na Consolidação do Desenvolvimento Socioeducacional**: os indicadores sociais e as percepções dos sujeitos da Região Sudeste do Estado do Tocantins. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16741>. Acesso em: 12 Maio. 2023.

NUNES, M. F. HERMAN, T. B., AMORIM, C. **Um estudo sobre Bullying na Cidade de Curitiba**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo Estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. 1 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021. 207 p. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/bra-silien/18111.pdf>. Acesso em: 20 Jun. 2023.

OLIVEIRA, Flávia Fernandes; VOTRE, Sebastião Josué. Bullying nas aulas de educação física. **Revista Movimento**. Porto alegre, v. 12, n. 2, p. 173-197, mai. /ago., 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115315946008.pdf>. Acesso em: 01 Ago. 2023.

RAPOSO, P. L.; ALMEIDA, R. S.; SANTOS, S. C. M. O pensamento decolonial como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural no contexto escolar. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.16.15355.055>. Acesso em: 18 Ago. 2023.

REIS, M. DE N.; ANDRADE, M. F. F. DE. (2018). O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 202, p. 01-11, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41070>. 18 Ago. 2023.

RODRIGUES, Dayse Berenguer. **Preconceito racial**: uma violência que influencia a democracia na escola. *Lato & Sensu*. V. 4, n. 1, p. 3-5 2003. Disponível em: www.inclujovem.org.br/preconceito.pdf. Acesso em: 06 Ago. 2023.